

- 9 NOV 1986

Ass. Const.

JORNAL DO BRASIL

## "Lobbies" influirão na nova Carta

Brasília — Os lobbies formais, que têm maior clareza sobre suas expectativas em relação à Assembleia Constituinte, terão maiores chances de sucesso do que os tradicionais grupos de pressão — como entidades de classe —, segundo avaliação de qualificado funcionário federal que acompanhou o trabalho da comissão Afonso Arinos, encarregada do anteprojeto da nova Constituição.

Conforme esse ponto de vista, os lobbies já atingiram uma etapa de definição de "objetivos precisos", enquanto os grupos de pressão ainda estariam na fase de "mobilização difusa". Ou seja, os primeiros já têm praticamente elaboradas suas sugestões sobre o que mudar, através de pareceres jurídicos que recomendam estratégias de ação bem claras. Às vezes, com a simples supressão de uma palavra ou a troca de um artigo por um parágrafo se obtém uma mudança muito mais substancial do que grandes manifestações públicas.

Os grupos de pressão tenderão ao protesto das galerias, grande agitação pelos corredores do Congresso, mas terão reduzida margem de manobra para transformar propostas em lei.

Segundo o mesmo funcionário, poucos observaram que o país não estará elegendo apenas uma Assembleia Constituinte no dia 15 de novembro. Mas 23 — uma nacional e 22 estaduais, que serão encarregadas de adaptar os textos das constituições dos estados ao da futura Constituição federal.

O trabalho das assembleias estaduais começará logo após o encerramento da assembleia nacional. Em muitos casos, os interesses regionais em jogo são mais importantes, principalmente quando tratam de temas como solo urbano, segurança e regime tributário. Logo, as pressões e contrapressões se transferirão rapidamente para as assembleias legislativas estaduais, assim que a Constituição estiver pronta.

Na opinião desse funcionário do governo, é falsa a impressão maniqueísta de que a Constituinte será "conservadora" ou "progressista". Ela estaria mais próxima de um *pot-pourri*, não terá um comportamento unitário nem decidirá a partir de guerrilhas de interesses entre os diversos grupos em confronto. Quando o assunto em questão for de fácil compreensão pública, aborto, por exemplo, ela tenderá a ser conservadora, pois qualquer mudança estará sob cerrada vigilância de todas as correntes.

Durante os debates da comissão Arinos, os temas que suscitaram maior polémica estavam sempre ligados à legislação social e econômica. Por exemplo: a jornada de trabalho, que muitos querem reduzir; ou a intervenção estatal em setores como saúde, educação e Previdência. Com grata surpresa, os integrantes da comissão assistiram primeiro a contundentes discussões na defesa de pontos de vista segmentados, para em seguida assumirem uma posição idealista, em que predominou o espírito público.

JORNAL DO BRASIL

ANC 88

Pasta Novembro/86

033